

## **Autogestão e Poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias**

**Autoria:** José Ricardo Vargas de Faria, Anne Pinheiro Leal, Janaína Pimenta Attie, William Haruhissa Hirayama, Raquel Dorigan de Matos, Renata Sheila Antonino Dutra

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de análise das relações de poder em organizações coletivistas de trabalho, ou seja, que apresentam características predominantemente autogestionárias. A proposta elaborada é fruto de um projeto de pesquisa atualmente em andamento sobre Autogestão e Poder, cuja corrente teórica situa-se na Economia Política do Poder (FARIA, 2004). Buscou-se abordar as principais temáticas necessárias ao entendimento de como as formas de controle social e as relações de poder intervêm nos processos e relações de trabalho, na gestão e nas articulações político-estratégicas das organizações coletivistas de trabalho. Assim, propõe-se enfrentar o desafio de compreender as possibilidades históricas de construção de um modelo alternativo de gestão, embora inserido no contexto capitalista, o que inclui uma concepção teórica que permita visualizar as relações de poder em função das características autogestionárias constituintes, e não em torno da heterogestão.

### **1 Introdução**

O presente artigo é apresentado como uma proposta de estudo para as relações de poder em organizações que se propõem autogeridas, aqui denominadas organizações coletivistas de trabalho<sup>1</sup>. Entende-se por organização coletivista de trabalho uma associação produtiva na qual seus trabalhadores desenvolvem processos autogestionários, ou seja, uma organização na qual “a coordenação das atividades produtivas é exercida pelos trabalhadores e o sentido constituinte das relações de produção deixa de ser a lógica da acumulação simples e ampliada, típica do modo de produção capitalista” (VARGAS DE FARIA, 2003, p. ix).

Trata-se de uma proposta que procura, a partir de uma concepção teórico-metodológica nova, a Economia Política do Poder (FARIA, 2004), direcionar os termos de uma investigação sobre as formas de controle social desenvolvidas e utilizadas nas organizações coletivistas de trabalho e sobre estas em relação a um contexto mais amplo.

A modernidade, como o momento histórico da sociedade mais promissor no que se refere às possibilidades de emancipação humana, parece revelar a sua condição contraditória justamente quando suas organizações falham nessa promessa. Se hoje aparecem, mais do que nunca, as condições técnicas para o cumprimento dessa promessa – liberdade, igualdade, etc. – se constata que a mesma nunca esteve tão longe de ser cumprida (SOUSA SANTOS, 2002).

Assim, justifica-se o estudo partindo-se do pressuposto que as organizações com características autogestionárias reavivam a promessa de um modelo de gestão mais emancipatório do que o modelo burocrático.

### **2 Autogestão: da teoria e práxis social à unidade produtiva**

“O axioma fundamental e, para falar mais adequadamente, constitutivo da autogestão é, meridianamente, o da igualdade das pessoas” (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 46). No entanto, não se pode confundir igualdade com identidade. É evidente que existe entre as pessoas grande diferença em relação às características físicas, intelectuais e morais, mas isso não faz com que um ser humano seja mais humano do que outro. Este princípio torna a dominação de um grupo social sobre outro uma incoerência já no plano teórico. “Se os homens fossem desiguais de fato e de direito, não haveria dificuldade em admitir que uns comandassem outros” (*ibid.*, p. 46). No entanto, a evolução da filosofia ocidental

(marcadamente em Descartes, Rousseau e Kant)<sup>ii</sup> elevou o princípio da igualdade a ponto de colocar a autogestão como “uma tarefa política necessária” (*ibid.*, p.51).

Para Rosanvallon (1976), a autogestão surge na atualidade como produto real das aspirações de grandes filósofos que, entretanto, vai muito além ao despontar como uma teoria de reabilitação do político ao passo que se transfigura na superação de obstáculos como “sonhar com Rousseau e governar como Maquiavel”. Fundado na superação do liberalismo clássico e do socialismo estatal, o conceito herdou do marxismo (i) a crítica da sociedade burguesa e do liberalismo, (ii) o princípio de redução do poder do Estado e (iii) a soberania da sociedade civil. Nesta linha política, o autor define autogestão como um exercício coletivo de decisão e possibilidade de intervir diretamente em cada um dos problemas surgidos, o que não implica a atividade de todos e cada um nos diferentes lugares da vida social: empresa, bairro, associações diversas em que participa, senão que supõe para cada indivíduo a definição de prioridades pessoais.

Em sentido mais amplo, Guillerme e Bourdet (1976) consideram que a autogestão constitui uma forma de organização direta da vida coletiva em todos os níveis, resultante da supressão do aparelho de direção separado da sociedade (Estado).

a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando em conta que destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’ por todos os homens (*ibid.*, p.31).

Originária da língua francesa, a palavra autogestão é relativamente recente no vocabulário moderno, podendo ser datada da década de 1950 em consequência da introdução, na Iugoslávia, de um sistema de organização econômica e estatal assim denominado. Atualmente, a palavra autogestão é utilizada para explicar formas de Estado, de organização do trabalho, de associações sindicais, de gestão de programas públicos ou de planos de saúde, entre outros. Embora tenha conquistado espaço, o uso generalizado do termo tem provocado desentendimentos e alguns abusos no que se refere ao conceito em si (GUILLERM e BOURDET, 1976).

Faria (1985, p. 75-9) inspira-se nestes autores para propor que "a autogestão é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis, suprimindo um aparelho de direção: o Estado". E afirma, com efeito, que a práxis da autogestão não consiste em “democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos”. É uma mudança que pretende abolir as estruturas vigentes. Economicamente, a autogestão significa "o controle do processo de produção por todos os produtores", negando a diferenciação entre dirigentes e executantes, o fundamento das relações autoritárias típicas do modo de produção capitalista.

De fato, o surgimento da autogestão deu-se justamente no modo de produção capitalista – assim como os ideais cooperativistas e associativistas aos quais está intimamente relacionada – constituindo-se como um produto direto da relação capital-trabalho, o que implicou no surgimento da classe proletariada. Tomando-se um dos conceitos centrais do marxismo, a palavra “proletariado” do latim, significa “aquele que nada tem além de seus filhos”, ou seja, aquele que está desprovido não somente de qualquer propriedade, mas também de qualquer poder sobre sua vida (GUILLERM e BOURDET, 1976, p.39). No nascimento de uma classe social insatisfeita com as condições que lhe foram impostas e no surgimento de movimentos de resistência a essa condição, como o anarquismo e o socialismo utópico, o movimento cooperativista ganhou força, partindo dele o projeto autogestionário.

De uma maneira ou de outra, o fato é que todas as experiências históricas ligadas à autogestão<sup>iii</sup> não foram capazes de se reproduzir a médio e longo prazo. Devido a este malogro, o termo autogestão viveu durante a década de 1970 até a de 1990 um longo período de ostracismo, quando então passou a ser utilizado novamente, entretanto, sob uma nova “roupagem”. Isto é: apesar de historicamente o conceito de autogestão ter surgido para definir

um conjunto de relações que conformam um determinado modo de organização da sociedade, recentemente tem se difundido uma nova forma de utilização do conceito com a finalidade de definir experiências de organização autônoma de trabalhadores no interior do capitalismo.

Neste contexto histórico específico, a autogestão surge como negação de um determinado modo de produção e as ações e relações que a constituem estão fundamentadas nesta negação, ou pelo menos neste enfrentamento. Buscando compreender este contexto, Greenberg (1986) identifica que as motivações para que os trabalhadores se auto-organizem, as quais têm como finalidade intrínseca solucionar três questões:

- a) a alienação: no capitalismo a humanidade é alienada no sentido de que as condições de vida e trabalho separam as pessoas da sua essência livre e criativa. A superação desta alienação somente pode ser possível quando o trabalhador assumir o controle do processo de produção, do uso da sua força de trabalho e dos frutos do seu trabalho;
- b) a democracia participativa: os teóricos da democracia participativa defendem uma concepção baseada na possibilidade de as pessoas serem responsáveis e refletirem sobre as suas ações, desde que estejam presentes as condições para o aprendizado da participação e do autogoverno. Sendo o ser humano potencialmente autodirigido, colocá-lo em condições em que outros dirigem os aspectos mais importantes da sua vida é retirá-lo a sua humanidade;
- c) a superação do capitalismo: os processos de construção de locais de trabalho democráticos seriam impulsionadores de uma sociedade socialista humanizada.

Na literatura sobre autogestão é possível identificar três princípios, que ressaltam elementos econômicos e político-sociais, relacionados às questões destacadas por Greenberg: i) a gestão democrática; ii) o efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores e iii) a distribuição do resultado respeitando a proporção do trabalho realizado e as necessidades objetivas do trabalhador, mas sem remuneração do capital investido<sup>iv</sup>.

Para Faria (1987), a autogestão refere-se ao controle direto pelos produtores sobre os elementos econômicos e político-ideológicos da gestão do trabalho. Ao nível social somente pode existir a partir da constituição de um modo de produção e, neste sentido, experiências em unidades produtivas constituem contradições que se operam no capitalismo, indicativos de viabilidade de sua superação, mas ainda muito incipientes para operarem qualquer transformação. Como experiência que ultrapassa a forma heterogerida da burocracia e do modelo capitalista de produção, a autogestão não se fixa plenamente no sistema do capital, daí porque o que se encontram são organizações **com características autogestionárias** (FARIA, 2006). Considera-se que aquilo que amplamente tem sido difundido sob o nome de organização autogerida deve ser observado com certa cautela. No capitalismo, algumas organizações podem ter características autogestionárias ou características predominantemente (nunca totalmente) autogestionárias. Tanto as características quanto seus elementos constitutivos estão organizados no quadro 1. Ao estarem inseridas na lógica do capital, as unidades produtivas ditas autogeridas atuam como unidades do sistema de capital (FARIA, 2006), mas apresentam-se como uma força de enfrentamento dessa lógica.

Christoffoli (2000) e Vargas de Faria (2003) mostram que algumas organizações possuem características que se aproximam de uma autogestão. Christoffoli (2000) encontra em sua pesquisa, como características destas organizações, além daquelas referentes ao controle sobre os processos de investimento e acumulação, a eleição e demissão de seus dirigentes e representantes, a definição das formas de punição e recompensa, a tomada de decisões a respeito do planejamento e execução da produção, e sobre a distribuição de renda nas organizações. Vargas de Faria (2005) ainda adiciona que a autogestão na unidade produtiva pode ser analisada a partir das ações e das relações que se constituem no interior das organizações e destas com o conjunto da sociedade, reconhecendo, porém, os limites e restrições que o modo de produção capitalista impõe para estas unidades.

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS AUTOGESTIONÁRIAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES

Princípios	Elementos Constitutivos	
Gestão Democrática	Participação na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de participação, questões nas quais participa e nível organizacional onde ocorre a participação
		Reprodução da configuração organizacional
	Responsabilidade na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de responsabilidade, questões sobre as quais é responsável, nível organizacional sobre o qual é responsável
	Informação	Acesso
Domínio		Grau de domínio Nível organizacional da informação
Controle do processo de produção	Propriedade real: relações técnicas e sociais de produção	Relações de propriedade econômica: controle sobre o que é produzido, inclusive sobre a capacidade de dispor dos produtos
		Razões de posse: controle sobre como é produzido
	Propriedade legal: cotas de participação no patrimônio	Agentes da produção: trabalho manual e mental Meios de Produção: meios de trabalho e objetos de trabalho
Distribuição do resultado observando o trabalho aplicado na produção	Tempo de Trabalho	
	Natureza do social do trabalho	
	Necessidades objetivas para reprodução das condições de vida do trabalhador	
	Coletivização no aumento do patrimônio	

Fonte: VARGAS DE FARIA, 2005<sup>v</sup>.

A gestão democrática diz respeito a três aspectos fundamentais: a participação na gestão, a responsabilidade na gestão e o acesso e domínio das informações relevantes para que o processo possa se efetivar. A participação na gestão pode ser analisada, como sugere Bernstein (1982, p.53), a partir de três níveis: (i) o grau de controle que os trabalhadores exercem sobre qualquer decisão em particular; (ii) as questões sobre as quais este controle é exercido e (iii) o nível organizacional no qual este controle é exercido. A responsabilidade na gestão pode ser analisada a partir da verificação de em que grau, sobre quais questões e em que nível organizacional esta ocorre, sendo estes os seus elementos constitutivos. Já a informação – elemento essencial para que a participação seja qualificada – pode ser analisada a partir da verificação da existência de condições que possibilitem aos trabalhadores tomarem posse das informações a partir das quais poderão basear sua decisão. Assim, é necessário que não apenas o acesso à informação seja disponibilizado, mas que esta informação esteja disponibilizada de modo a conceder condições mínimas para que os trabalhadores possam se apropriar dela (VARGAS DE FARIA, 2003).

Já o processo de produção é, em termos sociais, a atividade voltada a produzir valores de uso que satisfaçam as necessidades humanas. Observando este processo na esfera da unidade produtiva podem-se identificar três etapas que o compõe: (i) a concepção do produto, (ii) a forma de produção e (iii) a destinação do produto<sup>vi</sup>. A análise acerca do controle do processo de produção pode se dar levando em consideração a apropriação dos trabalhadores sob estes aspectos tendo como pano de fundo as relações de propriedade real e legal inerentes aos mesmos (FARIA, 1987).

Por fim, com relação à distribuição do resultado entende-se que o valor produzido deve ser distribuído aos trabalhadores na proporção do tempo e da natureza do trabalho que realizam e da necessidade de reprodução das suas condições de vida, sem geração de mais-valia apropriada por outrem. O que se procura afirmar neste caso é que a capacidade de trabalho na autogestão não se torna mercadoria “força de trabalho”, porém deve-se considerar

que o custo de produção e reprodução desta capacidade de trabalho e das necessidades objetivas do trabalhador é determinado socialmente e não pelo coletivo. Ainda, o patrimônio (ou capital social) investido na organização não pode valorizar de forma diferenciada entre os trabalhadores. O resultado de uma eventual ampliação de patrimônio pertence àquela sociedade, ou seja, torna-se coletivo (VARGAS DE FARIA, 2005).

Esclarecidos estes elementos, resta explicitar em que tipo de organização se deseja encontrar as características autogestionárias para análise. Sabe-se que, historicamente, formas diferenciadas de organização tentaram aplicar à sua práxis os conceitos autogestionários. De acordo com Serva (1996), poderíamos citar as organizações coletivistas, as isonomias, as organizações do movimento alternativo, as contra-instituições, as empresas alternativas e as empresas do interesse geral na Alemanha. A estes exemplos, Vargas de Faria (2003) acrescenta os estudos sobre os kibbutzim, as formas de produção analisadas por vários autores e agrupadas por Sousa Santos (2002b) e algumas pesquisas brasileiras, entre outras.

Para fins deste trabalho, utilizar-se-á a denominação de organizações coletivistas de trabalho para àquelas selecionadas para o estudo pelo fato de apresentarem características predominantemente autogestionárias, entendendo que o que direciona o seu processo de gestão é um enfrentamento à lógica capitalista de produção.

### 3 Relações de Poder e Controle Social

O poder pode e deve ser entendido como uma práxis não apenas relacional, mas uma práxis cuja natureza fundamenta-se em uma interação complexa e contraditória entre os sujeitos coletivos da ação e refere-se, neste sentido, a uma capacidade ou condição de mobilização, pois não há como dissociar o poder da inclinação a exercê-lo, que provém da própria natureza humana.

Poder é a capacidade que tem uma classe social (ou uma sua fração ou segmento), uma categoria social ou um grupo (social ou politicamente organizado) de definir e realizar seus interesses objetivos e subjetivos específicos, mesmo contra a resistência ao exercício desta capacidade e independentemente do nível estrutural em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada. (FARIA, 2004: 141)

Partindo do conceito de poder de Faria, a finalidade dos grupos sociais é realizar seus interesses objetivos e subjetivos, razão pela qual os mesmos investirão suas energias políticas no acesso ao comando das principais estruturas da sociedade a fim de viabilizar e desencadear todos os mecanismos de controle social disponíveis para garantir o sucesso do empreendimento. Isso significa que, no caso das organizações com características autogeridas, como se colocam numa condição de enfrentamento à lógica capitalista de produção, seu sucesso depende de como obtém acesso a certos espaços já instituídos nessa sociedade, para então criar um processo de transformação no qual possam viabilizar seus interesses. É a partir da capacidade de mobilização em torna das relações sociais organizadas que os grupos podem ter acesso a esses espaços de forma a mantê-los ou transformá-los, e não o contrário. As relações de poder são, assim, instituintes e não instituídas pelas crenças ou valores da sociedade, embora não surjam abruptamente na história individual, pois são decorrentes do processo relacional matricial da ontogênese (*ibid.*)

Além disso, para o autor, os interesses específicos são de natureza econômica, política, ideológica e psicossocial, e são definidos pelos grupos sociais como identificando à sua própria condição. E sendo o poder não um atributo, mas uma capacidade, é necessário adquiri-la, desenvolvê-la e mantê-la. A fim de analisar, portanto, como as organizações coletivistas de trabalho mobilizam-se em torno das relações de poder em função de obter essa capacidade, propõe-se um esquema de análise que considere essas dimensões dos interesses coletivos como instrumentos para o seu alcance, de forma que constituam níveis de controle

social nas organizações. É importante lembrar, contudo, que a capacidade de definir e realizar interesses não depende exclusivamente da condição interna do grupo social, embora a mesma seja fundamental; depende-se igualmente da capacidade de outros grupos sociais, que se enfrentam nas condições objetivas da sociedade. Por isso, o poder de um grupo social também depende da sua capacidade estratégica.

### **3.1 Análise do poder em organizações coletivistas de trabalho**

Para constituir um esquema de análise para o estudo, levou-se em consideração, primeiramente, a classificação de Faria (2004) para a natureza dos interesses dos grupos sociais. Chegou-se, assim, a três níveis nos quais as relações de poder têm seu objetivo e ao mesmo tempo o seu instrumento, ou seja, atuam como níveis de controle social: econômico, político-ideológico e psicossocial. O nível econômico diz respeito às relações de produção, especialmente às relações de apropriação, valorização e trabalho; o nível político-ideológico trata da superestrutura construída a partir das relações de produção, sua institucionalização, inclusive no âmbito do Estado e seus aparelhos e de todo o aparato normativo, tendo como suporte um sistema de idéias capaz de conferir legitimidade às ações; e o psicossocial refere-se às relações entre os sujeitos vivos, sejam estes individuais ou coletivos, inseridos nos processos produtivos e políticos. Uma reflexão mais aprofundada sobre os níveis do controle encontra-se nas seções a seguir.

#### **3.1.1 Nível econômico**

O ponto de partida para o aprofundamento da reflexão sobre a dimensão econômica é reconhecer a relação que se estabelece entre as organizações – ou unidades – produtivas e o modo de produção, reconhecendo-se que se constitui no interior de um determinado modo de produção, seja com a finalidade de reprodução deste sistema seja como mecanismo de resistência a ele. Neste sentido, a análise proposta parte da compreensão dos elementos fundamentais do modo de produção capitalista, para estabelecer categorias gerais sobre o nível econômico do controle.

Não se pretende com isso estabelecer um quadro teórico apriorístico que tenha por consequência a constatação de características capitalistas em quaisquer organizações que venham ser analisadas. Porém, a divisão social do trabalho, o grau desenvolvimento das forças produtivas, a mercantilização da força de trabalho, entre outros, são aspectos que acarretam consequências concretas aos processos particulares de produção. Por este motivo, procura-se neste trabalho, a partir da contribuição da Economia Política Clássica, especificamente Adam Smith (1983) e David Ricardo (1982), e da Crítica a Economia Política de Marx (1983) compreender a natureza das relações sociais de produção no capitalismo.

Contrapondo-se ao pensamento dos fisiocratas, Smith (1983) afirma que a origem do valor está no trabalho, sendo o valor de uma mercadoria proporcional à quantidade de trabalho que ela contém e é capaz de comandar no processo de produção. Reafirmando a teoria do trabalho como gerador de valor, Ricardo (1982), no entanto, assume uma posição diferente da de Smith ao observar que o valor de uma mercadoria “depende da quantidade relativa [a outras mercadorias] de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por este trabalho”. Ricardo afirma que tendo utilidade, uma mercadoria deriva seu valor de troca (i) da sua escassez ou (ii) da quantidade de trabalho necessária para produzi-la. A apreciação de Ricardo deriva do questionamento sobre a composição do valor – que entende ser salário, lucro e renda – e sobre a distribuição entre estes componentes. Marx (1983) estabeleceu a cisão fundamental para compreender o processo de valorização no capitalismo: entre trabalho e força de trabalho. Analisando a

mercadoria como unidade de objetivação dos processos de valorização e de trabalho, Marx observa que além da utilidade desta mercadoria que lhe confere um valor de uso referenciado às suas condições materiais, há também um valor que permite compará-la a outras mercadorias em uma relação de troca. Observa, ainda, que nestas circunstâncias a força de trabalho e a sua condição de gerar valor de troca também se torna, sob o modo de produção capitalista, mercadoria.

Marx (1983) desenvolve esta análise a partir da compreensão de que a diversidade das necessidades humanas e a produção compartimentada dos bens que satisfazem estas necessidades implicam em que “a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, com isso, necessária sua transformação em dinheiro” (*ibid*, p.96). O dinheiro é o valor autonomizado das mercadorias. O significado exposto por Marx, é de que o capitalista compra mercadorias (meios de trabalho e força de trabalho) que são empregadas no processo de produção para produzir valor maior que o despendido.

Em termos sociais, processo de produção é a atividade orientada para produzir valores de uso que satisfaçam as necessidades humanas (FARIA 1987; RECH, 2000; CHRISTOFFOLI, 2000; ROSDOLSKY, 2001). No capitalismo, o processo de produção é ao mesmo tempo processo de produção de valor. Esta valorização é uma relação econômica especial composta de dois processos diferentes: "(1) o intercâmbio da capacidade de trabalho pelo salário e (2) o uso da capacidade de trabalho pelo capitalista" (ROSDOLSKY, 2001, p.170). O primeiro processo estabelece um valor de troca para a força de trabalho e o segundo um valor de uso. Esse aspecto é importante pois permite observar que, ao comprar força de trabalho no mercado de trabalho pelo seu valor de troca, o capitalista adquire sobre ela valor de uso e, neste sentido, a colocará para produzir no tempo e na forma ou processo mais adequado as suas conveniências, sejam elas propriamente econômicas ou gerenciais (FARIA, 1987).

Marx (1983) conclui esta reflexão com a tese de que “como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (*ibid*, p.162). Depreende-se daí os dois elementos fundamentais da análise sobre a dimensão econômica do poder, quais sejam: o processo de trabalho e o processo de formação de valor, ou especificamente, do processo de valorização.

É importante compreender o alcance desta tese na análise do modo de produção capitalista. Na medida em que a mercadoria se torna a unidade fundamental de um determinado modo de produção dominante, qualquer processo particular de produção orientado para produção de mercadorias está submetido ao modo de produção dominante, visto que o desenvolvimento das forças produtivas estabelece o tempo social médio de trabalho, e portanto o valor das mercadorias produzidas. Ou seja, a força produtiva do trabalho, ou a eficácia de uma atividade produtiva, determina a grandeza de valor. Quanto maior for o tempo de trabalho social necessário para produzir uma mercadoria, maior será seu valor.

Marx afirma que o processo de produção de mercadorias é basicamente igual ao processo de produção capitalista, sendo que a diferença é que no primeiro o trabalho utiliza-se dos meios para produzir e no segundo os meios (capital) utilizam-se do trabalho. Dá-se um processo de alienação do trabalho ou, mais apropriadamente, ocorre o domínio da coisa sobre o homem: o capitalista se apodera do processo de trabalho, na medida em que é necessário que a propriedade dos meios de produção seja alheia ao trabalhador para que ele necessite vender a sua força de trabalho. Há, portanto, uma separação entre os meios e a força de trabalho, ou “divisão entre os elementos correspondentes do próprio processo de produção e de sua autonomização progressiva” (MARX, 1978, p.46)

O processo produtivo, autonomizado, apresenta um caráter social das condições de trabalho que independem dos trabalhadores que, quando subsumidos ao capital, participam deste processo mas não o dominam. As características sociais do trabalho separam-se do trabalhador e aparecem incorporadas ao capital com condições dadas e sem possibilidade de serem por ele alteradas. Além disso, o capitalismo reproduz estas condições que obrigam o trabalhador assalariado a submeter-se a ele, criando uma nova configuração de vida social.

Observando este processo na esfera da unidade produtiva podem-se identificar três etapas que o compõe: (i) a concepção do produto, (ii) a forma de produção e (iii) a destinação do produto. A forma de produção inclui a maneira pela qual são utilizados os meios de produção e a capacidade de organização do trabalho. Novaes (2005) insere ainda neste debate, além do uso e da apropriação, a incorporação de tecnologia em um processo domínio progressivo e produção de conhecimento científico e tecnológico novo.

### 3.1.2 Nível político-ideológico

O nível político-ideológico do controle relaciona-se à superestrutura construída a partir das relações de produção no sentido da sua institucionalização, tendo como suporte um sistema de ideais capaz de conferir legitimidade às ações de um determinado sistema econômico. Isso acontece no âmbito do Estado e os seus aparelhos (ALTHUSSER, 1980; GILES, 1985), da Escola (BOURDIEU e PASSERON, 1992) e das organizações em geral (PAGÈS et al., 1993), ou seja, de todo aparato normativo de uma sociedade. O nível político, assim, recobre o jurídico.

O nível do controle político-ideológico está diretamente relacionado com as relações de dominação, que, em última instância, visam a legitimar e garantir a permanência e reprodução das relações de posse e poder. Em organizações capitalistas, esse processo é realizado mediante o despotismo, a hierarquia, a disciplina, a alienação, entre outros, elementos presentes, mesmo que implicitamente, nas teorias de gestão. Para Mészáros (2002, p. 102), ao fazer uso da noção “trabalho livre contratual”, o “capital é absolvido do peso da dominação forçada, já que a ‘escravidão assalariada’ é internalizada pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta externamente a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise”.

O nível político relaciona-se com o campo jurídico, pois a divisão do processo de trabalho e a apropriação dos resultados têm implicações jurídicas no que se refere às instâncias normativas e legais das relações de produção. “Assim, no que se refere à possibilidade de administrar a separação e os antagonismos estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107). Segundo Faria (2004c, p. 98),

no nível político-ideológico a estrutura da objetividade econômica precisa contar com uma estrutura de poder que lhe corresponda, já que demanda articulações entre ambas as estruturas, as quais determinam duplamente, pois enquanto os elementos no nível econômico remetem às relações de propriedade e de posse, os elementos do nível político-ideológico remetem às relações de dominação, as quais devem garantir a permanência e a institucionalização daquelas, daí porque se tratam de relações de poder.

Conforme observa ANSART (1978, p.11), a produção ideológica, nesse sentido, permite o mascaramento, a deslocação ou o desvio dos conflitos ou das potencialidades do conflito. “A ideologia surgirá como um instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos”. No entanto, para melhor discutir essa problemática, julga-se oportuno esclarecer sobre o construto da ideologia, bem como da sua dinâmica.

Para ALTHUSSER (1980, p.77), “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência”. Essa concepção encerra dois aspectos principais: a representação sob a forma imaginária, não imediata, e a relação da ideologia com a materialidade, ou seja, as condições de existência reais. Assim, a ideologia é uma concepção do mundo imaginária, ou seja, que não corresponde à realidade, porém faz alusão à mesma. Isso acontece porque a realidade só é visualizada de modo mediato pela experiência humana; não é a realidade de suas condições materiais que são representadas pela ideologia, mas a relação vivida ou experienciada com o real. Por esse motivo, as idéias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa o que é consequência (CHAUI, 1982). A ideologia substitui o real pelo imaginário.

Já ENRIQUEZ (1997) ressalta que a ideologia, ao mesmo tempo, expressa e mascara a realidade, tendendo a encerrar os fatos numa representação única que dá conta do real totalmente, e exprime a verdade daquilo que ela revela; é simultaneamente interpretação e distorção do real (GILES, 1985). Para tanto, ela se imbuí de um caráter simplificador e esquemático, o que garante o dinamismo de sua função justificadora. Ela tende a exprimir a homogeneidade e a ocultar o conflito, constituindo uma forma sedutora de lidar com as incertezas inerentes à vida social. Como argumenta ANSART (1978, p. 212), “o caráter simples e afirmativo dos esquemas transmitidos autoriza um eminente esclarecimento das interpretações, permite ao sujeito vencer a perturbação da dúvida para projetar sobre o diverso a unidade tranquilizadora do sentido”. Outro aspecto importante é que a ideologia possui seu próprio código interpretativo. Assim, não somente os indivíduos pensam de acordo com a ideologia, mas através dela. A ideologia padece da degeneração prática do seu caráter ideológico: deve-se estar fora dela para reconhecê-la como tal.

A ideologia opera no nível objetivo e subjetivo, consistindo no conjunto de teses explicitamente enunciadas e no conjunto de induções subjacentes (ENRIQUEZ, 1997). Desse modo, ela modela as representações conscientes que os atores sociais têm do sentido de sua ação, fazendo com que racionalizem parte de seus desejos inconscientes. CHAUI (1982, p.78) argumenta que a ideologia “não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”. Ademais, a ideologia é responsável por constituir os indivíduos concretos em sujeitos (ALTHUSSER, 1980, p.96), sujeitos esses de um imaginário social instituído. “É próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de ‘evidências’) as evidências como evidências que não podemos deixar de reconhecer”. O sujeito do instituído, atribui, imaginariamente, uma origem, uma causa e um porquê, que é fim e destino; a ideologia recruta o sujeito existindo antes dele e exerce seu poder sobre sua psique e condutas. (ENRIQUEZ, 2001).

O que a ideologia fabrica para tanto é uma história imaginária que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente: o novo só pode ser recebido a partir do típico. Ela é ilusão. “Toda a sua realidade está fora de si própria” (ALTHUSSER, 1980, p.72), por isso ela atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-lo. Por essa razão se diz que a ideologia é anistórica. Conforme afirma ANSART (1978, p.37), “cada ideologia constrói um esquema temporal, onde o passado, o presente e o futuro se coordenam e proporcionam à ação presente uma plenitude de significado”.

Além de sua função já exposta de interpretação e distorção da realidade, e de integração e redução dos conflitos, a ideologia também motiva, visto que compromete. Ela mobiliza os sujeitos de tal forma que se empenhem em realizá-la por meio de sua ação. Da mesma forma, a ideologia é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser. Isso explica, em parte, o caráter reprodutor da ideologia, que, interiorizada, “produz consciências falantes, sujeitos que, encontrando no sentido recebido os meios de domínio simbólico, sentem sua vivência ideológica como a sua verdade; ela gera o acordo

entre os sujeitos no terreno do simbólico, o acordo vivo entre as consciências que julgam, conciliadas com a sua própria linguagem” (ANSART, 1978, p.213).

Uma ideologia, no entanto, apesar de pertencer ao plano das idéias, do imaginário, existe sempre num aparelho, bem como nas suas práticas e rituais. Isso leva a concluir que só existe prática sob uma ideologia, e que só existe ideologia através do sujeito concreto e para outros sujeitos. Contudo, não se pode desligar as ideologias das condições concretas em que se configura o poder, seja na sociedade ou nas organizações. A divisão real das mesmas em diferentes extratos, uns dominando outros, significa que uma ideologia prevalece, ou é dominante. Acontece que a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estas representam para si mesmos essa atividade, e já se observou que essa representação é sempre necessariamente invertida. Cada extrato representa para si o seu modo de existência, de maneira imaginária. Porém, como um extrato domina os meios (materiais) de reprodução ideológica, ocorre que a ideologia se torna o processo pelo qual as idéias do extrato dominante se transformam em idéias de todas as classes sociais, ou seja, idéias dominantes.

As organizações sempre recorreram ao apelo ideológico para estabelecer uma mediação eficaz (ENRIQUEZ, 1997), mas de uma forma específica em cada contexto material. A transformação dos modos de desenvolvimento do sistema de produção capitalista, bem como suas respectivas tecnologias implicam toda um sistema político-ideológico compatível, capaz de mobilizar os sujeitos ao trabalho. Assim, as práticas de gestão são

o fundamento de uma produção ideológica: não podemos dissociar os procedimentos, os dispositivos e o discurso destes dispositivos, da maneira como funciona, como são vividos pelos indivíduos. Os dispositivos operacionais e a ideologia estão indissoluvelmente ligados: eles têm como função fazer interiorizar certas condutas e, ao mesmo tempo, os princípios que os legitimam. (PAGÈS et al., 1993, p.98)

O nível político-ideológico, portanto, constitui uma importante dimensão para a análise do controle social nas organizações coletivistas de trabalho, visto que é responsável pela mediação necessária a uma proposta econômica de enfrentamento às organizações capitalistas.

### 3.1.3 Nível psicossocial

O nível psicossocial procura integrar os aspectos objetivos (econômicos, político-ideológicos) aos aspectos constitutivos do sujeito em sua vida social, ou seja, sua afetividade. Desta forma, a psicossociologia integra uma sociologia crítica a uma psicologia de base psicanalítica, ao relacionar o indivíduo/sujeito ao seu ambiente social, seja ele institucional, organizacional ou grupal (FARIA, 2004).

A trama social é percebida pelos indivíduos como um conjunto de condicionantes estruturais que regem a vida em sociedade, estritamente ordenada por regras e normas organizacionais, mediadas pela linguagem. Segundo Enriquez (1974, p.54), na medida em que cada um é levado a procurar seu lugar na estrutura social, “tudo ocorre como se a vida fosse estritamente formalizada e pudesse ser apreendida e controlada”. Neste sentido, o indivíduo não é criador de suas relações, ou seja, a realidade lhe é dada como algo pronto, sem capacidade de transformação ou sua apropriação real. De acordo com Faria (2004), a distância existente entre o objeto de conhecimento e o objeto real deve ser analisada em sua essência e não somente na aparência do fenômeno. Nestas condições pode-se compreender melhor como esta concepção ingênua do visível imediato é uma concepção construída e, como toda construção, ela só deixa ver aquilo que ela quer, o que significa “que não há nada atrás da cena do manifesto; que o que é vivido não remete a nada, senão àquilo que é expresso; e que cada um é totalmente definido pelo que diz e pelo que faz” (ENRIQUEZ, 1974, p.56-7).

Nesta perspectiva de absorver a realidade num âmbito mais complexo, é preciso buscar o que há nos bastidores desse real, o não-dito, a outra cena e cabe a psicossociologia tal análise mais intensa. Em sua busca constante de seu lugar na estrutura social, o indivíduo depara-se com o jogo do desejo, na luta pelo seu reconhecimento, já que a consciência de si provém de sua afirmação e reconhecimento pelo outro. A psicossociologia teria por objetivo, nas palavras do próprio Enriquez, "elucidar a (ou as) significação(ões), talvez mesmo os sentidos divergentes (ou não-sentidos) que organizam o funcionamento da outra cena" (ENRIQUEZ, 1997, p.29).

Esta abordagem conduz à consideração de outros elementos, distintos daqueles tradicionalmente tratados pelas teorias organizacionais, para se compreender as relações de poder nas organizações. Os processos grupais, a construção de seu imaginário social, de seu sistema de valores comum (representações) e seus respectivos mecanismos de identificação e idealização são elementos centrais.

A identificação deve ser entendida enquanto um processo psíquico através do qual um sujeito assimila características do outro, adotando-o como modelo e transformando-se. A personalidade se constitui por sucessivas identificações (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986). Esse processo representa um estabelecimento de um vínculo (investimento) afetivo do indivíduo com o outro. Já a idealização, constitui o mecanismo que permite a toda a sociedade instaurar-se e manter-se, e a todos os indivíduos viverem como seus membros, pois a possibilidade de constituição de qualquer pacto social pressupõe algum nível de idealização sobre o coletivo (ENRIQUEZ, 1994). Estes processos de identificação e idealização também se verificam no âmbito específico das organizações. Para construção de um projeto comum, é necessário que as representações sobre a organização sejam não apenas intelectualmente pensadas, mas afetivamente sentidas. "não se trata unicamente de querer coletivamente; trata-se de sentir coletivamente" (ENRIQUEZ, 1994, p. 57). Esse sentimento, fonte do comportamento grupal, só pode emergir se ligado a um sistema de idealização, fruto de processos conscientes e inconscientes. O processo de idealização é o que dá "consistência, vigor e aura excepcional" tanto ao projeto quanto aos indivíduos, possibilitando-os de partilhar da mesma ilusão (ENRIQUEZ, 1994, p. 57).

Partindo do pressuposto de que toda organização dispõe de uma estrutura de valores e de normas que condicionam seus membros a uma certa forma de apreensão do mundo e de orientação de suas condutas, a organização pretende ser entendida enquanto uma microssociedade por excelência, e, conseqüentemente atravessada pelos mesmos problemas que caracterizam o vínculo social (ENRIQUEZ, 2000). Toda vida em sociedade é geradora de angústias. Do mesmo modo, a organização igualmente enfrenta várias angústias. O medo do "informe", do caos, é uma delas. Toda a organização se apresenta como "formação" e luta contra a ameaça de um caos desorganizador. Outra fonte de angústia, contra a qual as organizações procuram se defender, são as pulsões que atravessam a vida psíquica dos indivíduos e têm seus efeitos na vida social e organizacional. "o termo pulsão conota um "processo dinâmico" consistindo num impulso que faz o organismo tender para um objetivo" (ENRIQUEZ, 1997, p;123), ou seja, a pulsão é um representante psíquico de excitações provenientes do corpo e encontra-se na origem do funcionamento psíquico inconsciente do homem (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986). A teoria freudiana sempre apresentou as pulsões de forma dualista, sendo a distinção mais importante entre a pulsão de vida (eros) e a pulsão de morte (thanatos), fundamentais na dinâmica psíquica e na organização da vida social.

As organizações buscam canalizar a pulsão de vida (ou todos os impulsos criativos dos indivíduos) no sentido do trabalho produtivo e dos objetivos organizacionais. Assim, "adotam como valores sempre a eficiência, e às vezes o dinamismo e a mudança. Tentam então por em funcionamento o processo de ligação favorecendo a coesão e a harmonia" (ENRIQUEZ,

1997, p.126). No entanto, a pulsão de vida só tende a ser aceitável quando se dirige para a coesão da organização. Ameaçada pelo fantasma de uma invasão da afetividade e de condutas irracionais, a organização, de certo modo, impede a pulsão de vida de poder se desenvolver. Assim, paradoxalmente, a criatividade tão requerida e especialmente valorizada pelas abordagens gerenciais contemporâneas acaba, muitas vezes, refreada. Além disso, as organizações, enquanto lugar da ordem, da reprodução, também favorecem a expressão da pulsão de morte desenvolvendo tendências à homogeneização, à massificação dos indivíduos, à inércia, enfim, à resistência à mudança. Por outro lado, as organizações tentam se defender contra os impulsos de destruição que poderiam atacar seu funcionamento interno. Retomando a perspectiva trabalhada por Enriquez, a "organização se instaura, funciona e se estabiliza no interior de um campo pulsional e passional" (ENRIQUEZ, 2000, p.19).

Fica evidente, pela análise da problemática organizacional aqui realizada, que o indivíduo se liga à organização por vínculos não apenas materiais, mas sobretudo afetivos e imaginários, e que as organizações, embora não criem uma estrutura psíquica, utilizam-se dela (FREITAS, 1999). Neste sentido, a tão esperada adesão dos indivíduos ao projeto organizacional pode ser o resultado de dois tipos de processos que, na realidade se apresentam combinados e que são decorrência da produção de um sistema imaginário pela organização. No primeiro caso, a organização se apresenta como a instância central capaz de responder aos desejos narcísicos de reconhecimento, ao fantasma de onipotência dos indivíduos, assegurando proteção contra quebra de suas identidades. Desse modo, tende a substituir o imaginário do indivíduo pelo seu próprio, apresentando-se como superpoderosa e nutriz, aprisionando-o em um "imaginário enganoso" (ENRIQUEZ, 1997), que o impossibilita de produção autônoma e criativa. Outra possibilidade é a organização engendrar o que Enriquez (1997) denomina de "imaginário motor", favorecendo a criatividade e sendo capaz de conviver com mudanças e rupturas. Um imaginário que comporta a espontaneidade, a experimentação e o pensamento questionador. Por ser este um imaginário que abre espaço para o questionamento da própria organização e de suas regras, ele tende a ser muito menos desenvolvido que o primeiro (FREITAS, 1999).

Desta forma, observa-se que no nível psicossocial encontra-se a explicação para o movimento de vinculação entre os sujeitos concretos que é essencial para o reconhecimento dos interesses em comum, condição essencial para as organizações coletivistas de trabalho. Por apresentar uma dinâmica dialética, em que sempre pólos antagônicos (prazer e angústia, alienação e reconhecimento, repetição e superação) estão em jogo, entende-se que esse nível de análise representa uma peça importante para o entendimento das relações de poder nas organizações, sobretudo as que são foco do estudo.

No entanto, conforme Faria (2004), o poder somente pode ser compreendido quando das relações de poder, ou seja, quando das práticas. Assim, é necessário entender como se dá o exercício do poder nas relações concretas, portanto, as condições objetivas e subjetivas da ação e mobilização coletiva.

As categorias do exercício do poder dizem respeito exatamente à subjetividade que contém seus próprios pressupostos, com densidade histórica no mundo que a organiza enquanto tal e não como algo aleatório, pois a história igualmente articula e organiza o aparato psíquico, de maneira que o sujeito encontra-se integrado nas relações objetivas que produzem as condições materiais de sua reprodução enquanto sujeito. Desta forma, é preciso tanto encontrar o coletivo no sujeito como o sujeito na constituição coletiva de sua própria atividade, ou seja, não há como compreender totalmente o subjetivo se não se chegar ao campo coletivo das determinações históricas. (FARIA, 2004, p. 144-5)

As categorias do exercício do poder podem assim ser sintetizadas: (i) Motivações objetivas e subjetivas dos sujeitos que constituem o grupo social. (ii) Condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a

análise das dificuldades, das oportunidades, riscos e estratégias de ação política; (iii) Capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção da sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente; e (iv) Necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros.

Nesse sentido, o esquema de análise proposto busca entender o poder nos seus diferentes níveis de controle social, situando-os na sua concretude histórica pelas categorias do exercício do poder, conforme ilustra o quadro 2.

QUADRO 2 – ESQUEMA DE ANÁLISE DO PODER DO ESTUDO

NÍVEIS CONTROLE SOCIAL	CATEGORIAS DO EXERCÍCIO DO PODER			
	Motivações objetivas e subjetivas dos sujeitos que constituem o grupo social	Condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a análise das dificuldades, das oportunidades, riscos e estratégias de ação política	Capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção da sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente	Necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros
Econômico	(1) Controle sobre o processo de trabalho; (2) Apropriação dos meios de produção e do produto; (3) Apropriação do conhecimento tecnológico, ou sócio técnico; (4) Organização e divisão do trabalho; (5) Controle sobre o processo de valorização; (6) Distribuição do valor, ou apropriação do resultado do processo de valorização; (7) Acumulação, ou formação do patrimônio			
Político-ideológico	(1) Sistema normativo; (2) Legitimação do sistema econômico; (3) Mascaramento dos conflitos (homogeneidade); (4) Interpretação do real; (5) Discurso da organização explícito; (6) Induções subjacentes ao discurso da organização; (7) Noção temporal da ação coletiva; (8) Sentido à ação coletiva; (9) Instituição do sujeito coletivo; (10) Legitimação do sistema econômico			
Psicossocial	(1) Mecanismos de afirmação e reconhecimento de si; (2) Mecanismos de identificação; (3) Mecanismos de idealização; (4) Fontes de prazer/angústia; (5) Pulsão de vida/pulsão de morte; (7) Imaginário enganador/imaginário motor			

FONTE: adaptado de FARIA (2004).

O esquema proposto parte dos níveis de análise do controle social, do econômico ao psicossocial, visto que os últimos representam manifestações do primeiro, conforme sua própria definição. O nível econômico, nesse sentido, representa o nível constituinte para um modelo alternativa de gestão, no caso, autogestionário. Entrepõem-se a estes as categorias do exercício do poder, que contextualizam os níveis na concretude das relações de poder.

Observa-se que muitos estudos na linha da Economia Política do Poder já houveram sido realizados no sentido de explicar como se dá o controle social nas organizações burocráticas, contudo, como se trata da análise de organizações que se propõe a uma lógica de enfrentamento deste paradigma, optou-se por constituir parâmetros de controle diversos.

#### 4 Metodologia da pesquisa

O estudo a que este artigo refere-se constitui-se de um estudo de caso múltiplo de natureza descritivo-qualitativa. Para tanto, foram selecionadas quatro organizações com características autogestionárias, conforme quadro 1, às quais denomina-se aqui organizações coletivistas de trabalho.

Buscou-se contemplar na escolha dessas organizações diferentes características de constituição e localizações geográficas, conforme aponta o quadro 3.

QUADRO 3 – ORGANIZAÇÕES SELECIONADAS PARA O ESTUDO

Organização	Característica	Localização geográfica
1	Filiada à ANTEAG (Associação de Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão)	São Paulo – SP
2	ONG	Curitiba – PR
3	Constituída por incubadora de empresa, vinculada a universidade	Rio de Janeiro – RJ
4	Profissionais autônomos ou liberais	São Paulo – SP

A pesquisa terá como plano um corte transversal com previsão de coleta de dados de abril de 2007 a abril de 2008. Atualmente, está sendo realizada uma aproximação precária das organizações com base em entrevistas de roteiro semi-estruturado a partir das categorias do exercício do poder (vide quadro 2). A coleta de dados será finalizada com mais duas etapas de entrevistas de roteiro semi-estruturado e estruturado, a fim de obter um processo de pesquisa dialógico. O tratamento dos dados dar-se-á mediante análise de conteúdo, conforme BARDIN (2002).

### 5 Considerações Finais

Este artigo apresenta um ensaio de natureza teórica que é fruto das discussões e reflexões desenvolvidos no projeto de pesquisa Autogestão e Poder. Como mencionado anteriormente, este projeto tem o objetivo de compreender de que forma se dão as relações de poder em organizações coletivistas de trabalho, isto é, organizações que apesar de atuarem no sistema do capital, estabelecem contra ele uma relação de enfrentamento buscando construir um modelo de gestão alternativo àquele predominantemente encontrado nas organizações capitalistas.

O primeiro desafio considerado na pesquisa foi justamente situar um referencial teórico capaz de abordar organizações que constituem-se como alternativas numa forma social instalada. Desta forma, a partir do referencial teórico da Economia Política do Poder, especificamente elaborado para a compreensão das relações de poder em organizações sob o comando do capital, procurou-se construir uma proposta inovadora que buscasse adequar este referencial a organizações com características autogestionárias, pois suas especificidades exigem reformulações que se mostrem suficientemente capazes de propiciar a adequada compreensão de sua realidade, uma vez que se espera que as relações de poder nestas organizações tenham uma configuração diversa daquela encontrada nas organizações heterogêneas tipicamente capitalistas. É em sua contribuição teórica, portanto, que reside o potencial deste artigo, ou seja, pela sua capacidade de desenvolver a temática das relações de poder sob uma ótica ainda não pautada. Há que se mencionar ainda que, tendo como pressuposto que nenhuma transformação social se dá de forma externa a uma forma social já instalada, entende-se que a relevância de se compreender as relações de poder no interior das organizações com características autogestionárias deve-se ao fato de que tais organizações têm o potencial de constituírem contradições que, mesmo dentro do capitalismo, podem indicar caminhos que demonstrem a viabilidade de sua superação. Cada etapa é necessária, e por consequência legítima para a época e as condições às quais deve a sua origem; mas torna-se caduca e injustificada na presença de condições superiores novas que se desenvolvem no seu próprio seio (ENGELS, 1886/2008).

O segundo desafio foi justamente a escolha das organizações para a realização da pesquisa empírica. Foi realizada, então, uma pré-seleção baseada em elementos constituintes das características autogestionárias. Contudo, não espera-se que na prática o que defina essas organizações como um modelo alternativa de gestão seja o cumprimento rigoroso de todos os critérios, mas principalmente o propósito da sua gestão como enfrentamento à heterogestão, isto é, o fato de sua motivação essencial se pautar pela contraposição às relações de trabalho predominantemente encontradas no sistema do capital e a busca pela construção de formas alternativas para estas relações.

Como a etapa de coleta de dados ainda não está concluída, é importante salientar que a opção metodológica e epistemológica deste estudo leva em consideração o fato de que predomina entre o pesquisador e seu objeto de estudo uma interação dinâmica e contraditória, e que a percepção do sujeito pesquisador e sua condição de interpretação do real move-se à medida que investiga; ao mesmo tempo, move-se o real, que não apenas fornece ao investigador novos elementos como revela a essência dialética dos seus elementos constitutivos: “sujeito e objeto não se constituem em uma unidade, mas interagem dinâmica e contraditoriamente” (FARIA, 2004). Desta forma, não se pretende apresentar a construção teórica desenvolvida neste artigo como um modelo pronto e acabado, mas apenas uma proposta de entendimento e qualificação para a apreensão do real, pois à medida que o contato com as organizações objeto dos estudos de casos revelar necessário, as devidas alterações teóricas serão realizadas. Desta forma, destaca-se o compromisso da preponderância do real empírico com relação à teoria disponível, à medida que:

o método guia o sujeito em sua relação com o objeto, mas não pode lhe limitar os movimentos. Deste modo, partindo das relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas (FARIA, 2004)

Espera-se com esta proposta contribuir para a reflexão sobre a temática das relações de poder no campo das teorias organizacionais. Mais especificamente, os resultados esperados se referem à compreensão da dinâmica do poder em organizações que não operam predominantemente sob a lógica do capital, e com isso revelar as peculiaridades das estruturas e processos que constituem esta dinâmica. Neste sentido, a pesquisa se propõe a estender as fronteiras da produção teórica sobre o poder às formas organizacionais sob o comando dos trabalhadores.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Martins Fontes, 1980.
- ANSART, Pierre. **Ideologia, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BERNSTEIN, Paul. Necessary elements for effective worker participation in decision-making. In: Lindenfeld, F. e Rothschild-With, J. (org.). **Workplace democracy and social change**. Boston: Porter Sargent, 1982.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, J. Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2000.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. Disponível em <http://www.marxismo.org.br/uploads/205092007112358.doc>. Acessado em 03/2008.
- ENRIQUEZ, E. **A Organização em Análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ENRIQUEZ, E. O vínculo grupal. In: LÉVY, A.; NICOLAÏ, A.; ENRIQUEZ, E & DUBOST, J (Orgs.) **Psicossociologia: Análise Social e Intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: Motta, F. P. & Freitas, M. E. (orgs.). **Vida Psíquica e Organização**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FARIA, J. H. **Relações de Poder e Formas de Gestão**. 2. ed. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Comissões de Fábrica**. Curitiba: Criar, 1987.

- \_\_\_\_\_. **Economia Política do Poder - Fundamentos**. v.1. Curitiba: Juruá, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Economia Política do Poder - As práticas do Controle nas organizações**. v.3. Curitiba: Juruá, 2004.
- FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional: Identidade, Sedução ou Carisma?** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FREUD, S. **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GILES, Thomas R. **Estado, Poder, Ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.
- GREENBERG, Edward S. **Workplace Democracy: the political effects of participation**. Ithaca and London: Cornell, 1986.
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KANT, Immanuel. **Textos selecionados**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.v. 2.
- PAGÈS, Max, BONETTI, Michel, DE GAULEJAC e DESCENDRE, Daniel. **O Poder das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.
- ROSANVALLON, Pierre. **L'âge de l'autogestion**. Paris : Seuil, 1976.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese de doutorado em administração da EAESP/FGV. São Paulo, 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Democratizar a democracia: os caminhos democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VARGAS DE FARIA, José Ricardo. **Organizações coletivistas de trabalho: Autogestão nas unidades produtivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2003.
- VARGAS DE FARIA, José Ricardo. Autogestão. In: José Antônio Peres Gediel. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.

---

<sup>i</sup> Cabe apontar aqui que este estudo é parte inicial de um projeto de pesquisa fomentado pelo CNPq, cujo objetivo é **analisar como as formas de controle social e as relações de poder intervêm nos processos e relações de trabalho, na gestão e nas articulações político-estratégicas das organizações coletivistas de trabalho**.

<sup>ii</sup> Em Descartes, as diferenças físicas, intelectuais e morais não passam de “acidentes” de uma essência comum, que é deduzida a partir da qualidade que todos possuem de “querer sem medida” ou de uma “vontade infinita”. Esse infinito, não certamente medido na ação, mas no pensamento, é característica de todo homem; é a razão profunda da igualdade das pessoas, pois nenhum infinito pode ser maior que o outro. Rousseau levantou o problema capital do fundamento de uma organização social que instaure uma ordem sem, no entanto, criar uma fissura de classe entre uma minoria dirigente e a “massa” dos dirigidos. Esta é resultante, segundo análise de Kant, da autonomia dos sujeitos, da liberdade constitutiva de ser do homem que, por essência, não pode jamais obedecer a ninguém, sendo o primeiro pensador a elaborar um tipo de ordenação propriamente humana: a natureza prescinde de Deus e, portanto, o homem se define pela capacidade de lidar com as representações e sua ação é moral. Por ser racional é dotado de liberdade e, portanto, responsável por todos os seus atos

<sup>iii</sup> Os Sovietes, na Rússia, a Revolução Espanhola, greves na Itália e na França encabeçadas pelos “comitês unitários de base” (1968), a implementação transitória da autogestão na Argélia (1962) e Tcheco-Eslováquia (1968) e a Revolução dos Cravos (Portugal - 1974).

<sup>iv</sup> Há que se fazer uma importante ressalva.. Para Guillerm e Bourdet (1976) e Faria (1985, 1987), a autogestão nega o processo capitalista e, portanto, não poderia gerar mais valor. Por consequência, não poderia haver, para estes autores, alguma espécie de autogestão em organizações inseridas no capitalismo, pois eles pressupõem a autogestão somente no âmbito da organização social (autogestão como síntese). Tem se mostrado desafiador política, social, econômica e historicamente pensar na implantação de qualquer modelo que se aproxime de uma autogestão social, tornando-se, na mesma medida, desafiador pensar em uma organização que desenvolva um processo autogestionário em meio à sociedade capitalista. As ações e relações por ela estabelecidas não se dão em meio ao espaço vazio, isto é, todo o tempo será necessário estabelecer relações de (inter)dependência ou mesmo de enfrentamento (autogestão como antítese).

<sup>v</sup> O título original do quadro foi alterado em função do conceito adotado por este estudo.

<sup>vi</sup> Inclui-se na forma como é produzido o controle sobre os meios de produção e sobre a capacidade de organização do trabalho (FARIA, 1987).